

# Revoluções passivas na América Latina<sup>1</sup>

**Massimo Modonesi**

Professor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais  
Universidade Nacional Autônoma do México (México)

---

<sup>1</sup> Tradução de Daniela Mussi. Apresentado na forma de conferência no Colóquio Internacional Antonio Gramsci, realizado na Universidade Estadual de Campinas em agosto de 2017.

### **Revoluções passivas na América Latina**

**Resumo:** O artigo investiga os resultados de uma pesquisa sobre os usos do conceito gramsciana de revolução passiva pelos gramscianos latino-americano nos anos 1970-1980, período da difusão do pensamento de Gramsci, pouco conhecido até então no continente. Em seguida, apresenta considerações sobre o conceito em Gramsci, mas também além deste autor, colocando ênfase na relação entre passividade e subalternidade, e nas noções de progressividade e hegemonia.

Palavras-chave: 1. Antonio Gramsci; 2. Revolução Passiva; 3. Subalternidade

### **Passive revolutions in Latin America**

**Abstract:** The article investigates the results of a research on the uses of Gramsci's concept of passive revolution by the latin american gramscians in the years 1970-1980, period of the diffusion of the Gramsci thought, little known then in the continent. And then presents considerations about the concept in Gramsci, but also beyond this author placing emphasis on the relationship between passivity and subalternity, and on the notions of progressivity and hegemony.

Keywords: 1. Antonio Gramsci; 2. Passive Revolution; 3. Subalternity

O aspecto mais polêmico e que dá origem à pesquisa e a presente reflexão é o da caracterização dos governos progressistas latino-americanos dos anos 2000 na chave da revolução passiva, do cesarismo progressista e do transformismo.<sup>2</sup> Este artigo não se detém sobre este aspecto intenso e áspero do debate, mas nas premissas que remetem aos conceitos gramscianos sobre os quais as análises se baseiam. Para tal, começa sintetizando os resultados de uma pesquisa de reconhecimento sobre os usos do conceito de revolução passiva pelos gramscianos latino-americanos nos anos 1970-1980, período da difusão do pensamento de Gramsci, pouco conhecido até então. Em seguida, apresenta considerações sobre esse conceito – em Gramsci, mas não apenas – com ênfase na relação entre passividade e subalternidade, e entre progressividade e hegemonia.

### Os usos do conceito de revolução passiva na América Latina

Em primeiro lugar, é necessário examinar alguns aspectos ligados à possibilidade de usar o conceito de revolução passiva para caracterizar fenômenos nacional-populares, populistas ou progressistas do passado e do presente latino-americano. Na contramão do que se poderia esperar, não existe um uso sistemático e desenvolvido deste conceito, ou sequer uma aplicação na análise dos processos históricos latino-americanos por parte dos chamados “gramscianos argentinos” (BURGOS, 2004), particularmente a obra de José Aricó e de Juan Carlos Portantiero, os dois autores mais representativos e influentes do grupo *Pasado y Presente*, que surgiu em Córdoba no início dos anos 1960.

---

<sup>2</sup> Tratarei aqui três questões que já discuti em outros artigos, publicados nos últimos anos e agora reunidos na coletânea, sem tradução para o português, *Revoluciones pasivas en América* (2017).

Começaremos por Portantiero, a quem mesmo Aricó atribui um papel importante no desenvolvimento do conceito de revolução passiva. Portantiero (1981) o recuperou tardiamente (já que o primeiro capítulo da coletânea *Os usos de Gramsci* foi o último a ser escrito), em estreita conexão com o trabalho de Franco De Felice (1978) e Christine Buci-Glucksmann (1980) e de maneira apenas esboçada. Esta maneira pouco sistematizada foi voluntária, apesar do fato que muitos temas de estudo de Portantiero convoquem a noção de revolução passiva. Além disso, à medida que terminou por não incorporá-la posteriormente em seu trabalho, é possível concluir que a tenha descartado da análise dos fenômenos e processos nacional-populares. A pergunta, então, é por que? Seria porque Portantiero sustentava uma interpretação não passiva do peronismo histórico? Seria em virtude da associação da revolução passiva com fenômenos de tipo fascista e ditatorial? Ou então por vincular o conceito a formas de transformação produtiva ao estilo do americanismo? Seria para evitar a ambiguidade e confusão que seu uso poderia suscitar?

Escolhas, dilemas e disjuntivas tipicamente argentinas e, ao mesmo tempo, semelhantes às que aparecem em outros autores e passagens da história dos usos, abusos e omissões deste conceito na América Latina. De todo modo, o fato de Portantiero não recorrer à noção de revolução passiva deixa um espaço vazio em sua argumentação, já que esta se ajusta muito bem no esquema analítico gramsciano de enfoque da questão política e historicamente crucial do nacional-popular e do populismo na Argentina e América Latina. Além da reflexão sobre o surgimento do peronismo, Portantiero também não explicitou o aspecto ativação-passivização para caracterizar o surgimento e institucionalização de fenômenos nacional-populares e populistas, uma questão fundamental passível de análise sob o conceito de revolução passiva, ontem e hoje. Teria sido a leitura do peronismo uma simples intervenção intelectual ou, ao contrário, uma postura mais geral sobre a incompatibilidade entre processos de revolução passiva e as dinâmicas de ativação, em parte autônomas e espontâneas mas determinantes e tendencialmente subordinadas e controladas, próprias dos populismos latino-americanos?

Apesar de ser um dos gramscianos latino-americanos mais originais e sugestivos, possivelmente o mais destacado em termos de elaboração própria e capacidade teórica, Portantiero não lega um desenvolvimento original ou

sequer um uso sistemático do conceito para análise dos processos históricos e políticos da região. Da mesma forma, não encontramos contribuições deste tipo na obra de seu amigo e companheiro, José Aricó, o gramsciano latino-americano mais sobressalente por seu trabalho de tradução, edição e divulgação e, ao mesmo tempo, com Portantiero, por sua preocupação com a formulação de um marxismo latino-americano em chave gramsciana (CORTÉS, 2015).

Em Aricó, as referências ocasionais à revolução passiva são ocasionais e pouco sistematizadas, mas são mais desenvolvidas e sugestiva que em Portantiero. Assim como Portantiero, Aricó mobiliza a noção de maneira plena e explícita quando problematiza a relação entre Estado e sociedade a partir dos anos 1930 na América Latina e os fenômenos nacional-populares e populistas que atravessam este período (ARICÓ, 1988, p. 91-93). Isso apesar da reflexão sobre o papel dos intelectuais e da ideologia neste mesmo contexto histórico, quando diz:

Os grandes temas da revolução passiva, do bonapartismo e da relação intelectuais-massa, que são próprios da indagação gramsciana, tem para nós uma concreta ressonância empírica (Ibid., 1988, p. 96).

Aricó também sustenta a relevância da hipótese da revolução passiva para entender como o Estado organiza e produz o desenvolvimento da sociedade capitalista na América Latina (Ibid., 1988, p. 106), em uma imposição desde cima que encontrou a “resistência e oposição dos movimentos populares”. Mas, sem seguida, Aricó se refugia na dificuldade de generalizar a hipótese gramsciana, atribuindo a esta um princípio de método que não pode ser ponto de chegada, apenas de partida, da investigação com vistas a uma possível generalização, “em um critério de interpretação mais geral que inclui a singularidade latino-americana em uma tipologia mais fiel à realidade das formações estatais” (Ibid., 1988, p. 107).

Um pouco adiante, o marxista de Córdoba sustenta que o conceito de revolução passiva permite “o questionamento de toda uma literatura de inspiração marxista sobre a América Latina” (Ibid., 1988, p. 100), referindo-se à influência das ideias de Louis Althusser. Sempre em termos políticos, propõe a hipótese da revolução passiva em antítese à “perspectiva neopopulista do colapso” baseada no princípio da dependência e na impossibilidade do pleno desenvolvimento do capitalismo na periferia (Ibid., 1988, p. 108). Por fim,

apesar do interesse, a valorização e repercussão dos usos da noção de revolução passiva, em particular no capítulo central do livro sobre os itinerários de Gramsci na América Latina, o trabalho de Aricó não possui nem um tratamento teórico profundo, nem um uso sistemático do conceito para a realidade latino-americana.

Além de uma referência importante em curso inédito de 1977, outra intuição e contribuição original a este respeito aparece esboçada quando Aricó aproxima a problemática do nacional-popular em Gramsci como antítese vigorosa à revolução passiva em seu próprio terreno, já que “supõe uma exploração de sentido contrário” (Ibid., 1988, p. 111). *Em seu próprio terreno*, agregamos: o do populismo como revolução passiva, como processamento conservador de um impulso nacional-popular. Uma hipótese fecunda, mas que permanece inexplorada e, de maneira involuntária, alude a uma zona pouco clara da análise gramsciana do grupo *Pasado y Presente*, um terreno existente mas que termina por não ser devidamente iluminado.

Diferente do uso esporádico e não sistemático por parte dos gramscianos argentinos, o conceito de revolução passiva foi persistente e ocupou um lugar de primeiro plano na interpretação dos processos históricos brasileiros e em seu debate político. Me concentro, aqui, nos aspectos do uso deste conceito por Carlos Nelson Coutinho. A aplicação do conceito a fenômenos ditatoriais ou militaristas se fundamenta teoricamente no que, se bem caracteriza Coutinho a revolução passiva como uma “síntese entre ausência de participação e modernização conservadora” (COUTINHO, 2005, p. 53), assinala que Gramsci usa a noção para dar conta da dominação por meio do Estado e por cima da sociedade civil, de formas ditatoriais de supremacia em detrimento de formas hegemônicas (Ibid., 2005, p. 203). Sobre esta base, sustenta que “nunca houve hegemonia das classes dominantes no Brasil, exceto recentemente”, já que estas “preferem delegar a função de dominação ao Estado, controlar e reprimir as classes subalternas” (Ibid., 1999, p. 204). Assume aqui, citando Florestan Fernandes, que não houve revolução burguesa no Brasil, que está assumiu a forma de uma “contrarrevolução prolongada” que, segundo Coutinho, é outra forma de dizer “ditadura sem hegemonia” (Ibid., 1999, p. 205). Nesta mesma direção, em um ensaio sobre a obra de Florestan Fernandes, assinala que a revolução passiva não é senão uma “revolução frustrada”, senão uma exitosa

conciliação desde cima, com exclusão do protagonismo popular e um processo de transformações político-sociais do qual resultou uma “ditadura sem hegemonia” (Ibid., 2005, p. 250).

Isto conduz a uma definição de revolução passiva como fenômeno ditatorial na qual se diluem ou tendem a desaparecer os elementos de consenso. No mesmo texto, Coutinho matiza essa posição assinalando que “isso não significa que não exista o mínimo de consenso que apontou Gramsci” (Ibid., 1999, p. 205) e termina afirmando que seria interessante revisitar, desde os conceitos de revolução passiva e transformismo, a problemática do populismo (entre 1937 e 1945, mas sobretudo entre 1945 e 1964, entre o segundo governo Vargas e o governo Jango) (Ibid., 1999, p. 207).

Apesar disto, e sob o custo de certa contradição, o mais substancial da abordagem de Coutinho possibilita uma caracterização dos processos de revolução passiva contemporânea pela extrema direita, associados a fenômenos ditatoriais e tipo fascista, ideia que vimos apenas anunciada por Portantiero. Isso se pode entender à luz da escolha socialista democrática de Coutinho, assim como a partir da convicção de que a burguesia brasileira (e latino-americana) não tem vocação nem capacidade hegemônica e, por isso, não pode exibir traços de hegemonia reconhecidos em nenhum dos processos que impulsiona ou nos quais participa ativamente (inclusive nas revoluções passivas).

A questão da definição da revolução passiva como “ditadura sem hegemonia” merece um breve parêntese, já que contrasta com a posição aqui sustentada: da revolução passiva como uma forma de guerra de posições, com vocação e prática e hegemônica, que contém um componente progressista (combinado com outro regressivo) e, por isso, pode servir para analisar processos e fenômenos nacional-populares e populistas na América Latina.

Gramsci nunca elaborou uma definição geral de revolução passiva em termos de “ditadura sem hegemonia”. Esta expressão que aparece nos *Cadernos* se refere pontualmente, a uma modalidade específica e particular de revolução passiva, sem dúvida fundamental, já que é o ponto de partida da reflexão de Gramsci: o caso do Piemonte no *Risorgimento*. Nesta situação concreta, que pode também ser pensada como um tipo de revolução passiva, o Estado atua como classe e como aparato militar-burocrático, e a função dirigente é

subsumida à dominação – ainda que com um mínimo de hegemonia – como o próprio Coutinho salientou, fiel ao texto de Gramsci (Q 15, §59, p. 1823). Ao mesmo tempo, esta fórmula dificilmente pode ser estendida – e Gramsci não faz isso – ao fascismo mussoliniano e ao americanismo fordista do *New Deal* rooseveltiano, casos contemporâneos sobre os quais Gramsci projeta o conceito inclusive como chave analítica canônica geral. Assim, ao buscar definições gerais seria necessário remeter às considerações de Gramsci sobre estes casos, mais que às primeiras reflexões pontuais, histórica e geograficamente determinadas, como as da interpretação do *Risorgimento*.

Por outro lado, o deslocamento semântico da ênfase de Coutinho e de outros autores pode ter sido influenciado pela formulação que se encontra no livro de Buci-Glucksmann (1980), muito influente na América Latina e que contribuiu para distorcer a recepção do conceito de revolução passiva em particular. Buci-Glucksmann, no prólogo à edição mexicana de seu livro, define de maneira tangencial a revolução passiva como “ditadura sem hegemonia”.<sup>3</sup> O texto afirma que “pode existir dominação sem hegemonia (caso da revolução passiva e, mais ainda, do fascismo)” e define a revolução passiva como um “modelo de um processo revolucionário sem hegemonia e sem iniciativa popular unitária” (Ibid., 1980). A perspectiva da revolução passiva da autora neste livro está estreitamente associada a um fenômeno ditatorial como o fascismo italiano, apresentado apesar disso como “revolução passiva econômica”.

Em sentido diferente - e, em alguma medida oposto à ideia de revolução passiva como “ditadura sem hegemonia”, até mesmo considerando a revolução passiva como uma forma de reconfiguração da hegemonia - proponho a possibilidade de pensar nesta chave os momentos, processos e fenômenos nacional-populares e populistas na América Latina. Para apontar nesta direção é possível resgatar algumas intuições de dois influentes e importantes marxistas latino-americanos: Agustín Cueva e René Zavaleta. Intuições que não serão apresentadas aqui e que não se traduziram em estudos sistemáticos mas possuem a virtude de colocar o conceito em um lugar pertinente do ponto de

---

<sup>3</sup> Por isso, a prática da hegemonia se opõe a todo processo de “revolução passiva”, de “revolução-restauração”, processos que conduzem sempre à “ditadura sem hegemonia” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).



vista latino-americano, diferente dos gramscianos argentinos e brasileiros – que não o explicitaram ou simplesmente o negaram, optando pela leitura ditatorial já analisada.

Dos anos 1990 até hoje, no calor dos processos de emergência de movimentos populares e antineoliberais aos governos progressistas que se seguiram, o conceito de revolução passiva reapareceu como chave de leitura dos processos políticos latino-americanos. É importante assinalar como, diferente do passado, trata-se de uma análise política sobre processos em curso, e não em chave retrospectiva ou historiográfica. Neste sentido, reapareceu mais próximo aos esboços de leitura que se deram no calor das ditaduras militares dos anos 1970 do que das tentativas de interpretar fenômenos populistas e nacional-populares dos anos 1920 aos 1960.

Em um exercício de análise realizado em 2011 e publicado em 2012, procurei pensar – em escala latino-americana e em chave gramsciana – o fenômeno dos chamados governos progressistas como um conjunto de revoluções passivas temperadas de cesarismo progressivo e transformismo, evidenciando tanto a tensão entre processos de reformas modernizadoras e dinâmicas de passivização/subalternização, como as combinações determinadas e móveis de traços progressivos e regressivos que as caracterizam, marcam transformações internas e as distinguem. Posteriormente, entre 2013 e 2015, sob este mesmo prisma analítico, destaquei um giro da predominância de um perfil progressivo no sentido de um regressivo, coincidente com uma perda de hegemonia de todos os governos progressistas da região.

Em consonância com estas análises, alguns colegas, amigos e companheiros recuperaram o conceito para caracterizar os processos políticos equatoriano, uruguaio e argentino como revoluções passivas. Em paralelo, Ruy Braga e Alvaro Bianchi (2005) caracterizaram os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil através deste mesmo prisma – revolução passiva e transformismo, mas não cesarismo progressivo. Coutinho se opôs a esta leitura, preferindo o uso da fórmula “hegemonia da pequena política”, já que não via modificações substanciais ligadas a reivindicações desde baixo, e observava que o consenso era estritamente passivo. Sustentou, para tal, a ideia de uma contrarreforma, em continuidade com o neoliberalismo (COUTINHO, 2010, p. 32).

Neste sentido, cabe assinalar que Coutinho define, agora, a revolução passiva como um reformismo pelo alto, distinto de fenômenos como contrarrevolução e contrarreforma (Ibid., 2010, p. 33). Uma definição correta mas problemática se contrastada com seus trabalhos anteriores, em que a ideia de reformismo pelo alto era usada para caracterizar os golpes de 1937 e 1964 – quadro analítico em que o consenso aparecia mais do que nas ideias de contrarreforma sem concessões e de neoliberalismo não reformista usadas para analisar os governos petistas de 2002 a 2010. Por outro lado, o gramsciano brasileiro segue sustentando a definição de revolução passiva como “ditadura sem hegemonia” mas que contém um mínimo de consenso devido ao transformismo dos grupos dirigentes de esquerda, argumentando ainda que o transformismo não seria um fenômeno exclusivos de processos de revolução passiva, mas que poderia estar presente em contrarreformas (Ibid., 2010, p. 36-37).

Em 2010, em resposta a Coutinho, Braga defendeu a tese dos governos do PT entendidos como revolução passiva, caracterizando o processo como uma modernização conservadora ligada tanto à esfera financeira como às transformações no mundo do trabalho, considerando o “bolsa família” e outras políticas públicas, inclusive a salarial, como concessões aos “de baixo” (BRAGA, 2010, p. 10-11). No que diz respeito à dimensão hegemônica, sem esquecer da desmobilização dos movimentos sociais, Braga assinalou o consentimento passivo de parte das classes subalternas e ativo por parte de dirigentes e ativistas do PT, que passaram a administrar o Estado e os fundos de pensão (Ibid., 2010, p. 14).

Edmundo Fernandes Dias, por sua vez outro importante gramsciano brasileiro, caracterizou os governos petistas como uma revolução passiva, e o renomado sociólogo Francisco de Oliveira (2010) sustentou que não se tratava de revolução passiva ou populismo, mas reconheceu nos governos petistas dimensões de transformismo, cooptação e desmobilização, caracterizando o processo ironicamente por “hegemonia às avessas”. Assim, particularmente no Brasil – e também em outros lugares da América Latina – foi aberto um debate de profundas implicações, tanto analíticas como políticas, sobre a caracterização da conjuntura iniciada nos anos 2000. Um debate que demonstra a vitalidade

das categorias gramscianas e, em particular, a pertinência do uso do conceito de revolução passiva.

Um uso que pode se potencializar não apenas a partir de uma maior difusão e conhecimento da obra de Gramsci, mas também por meio de um trabalho de aprofundamento conceitual, especialmente para distinguir as modalidades de revolução passiva em termos de combinações de tendências progressivas e regressivas – ou da predominância de determinados traços – e a partir de sua estreita articulação com os conceitos e com a análise dos processos correlatos de cesarismo e transformismo (MODONESI, 2016).

### Subalternidade e progressividade: uma releitura do conceito de revolução passiva

Para uma releitura teórica do conceito de revolução passiva, é possível adiantar duas conjecturas. A primeira sustenta que, nas leituras e interpretações do conceito de revolução passiva, a dimensão – ou melhor, o critério – da passividade é fundamental embora não tenha sido suficientemente destacado pelos estudos gramscianos e, em certa medida, pelo próprio Gramsci (que não desenvolve ou esclarece seu significado), ainda que ao longo de sua elaboração seja perceptível a atenção e preocupação com a subalternidade como condição e situação. A segunda conjectura afirma que é possível e pertinente usar a distinção progressivo-regressivo – usada por Gramsci para diferenciar os cesarismos – para diferenciar entre modalidades de revoluções passivas.

Em resumo, é possível uma releitura do conceito de revolução passiva na qual a passividade, entendida como aspecto da subalternidade, adquire peso e centralidade na configuração e envergadura do conceito; serve como pedra angular da articulação com os dispositivos correlatos de transformismo e cesarismo; e, considerando que a noção de progresso de Gramsci é, sobretudo, política e subjetiva, abre a porta para a possível distinção entre revoluções passivas, progressiva e regressiva.

O substantivo *revolução* se refere fundamentalmente ao conteúdo e ao âmbito da transformação, como se pode inferir da fórmula “revolução sem revolução”: transformação revolucionária sem irrupção revolucionária, sem

revolução social, sem protagonismo das classes subalternas. Para sintetizar esta contradição, adota *passiva* como adjetivo que distingue uma modalidade específica de revolução não realizada por meio e uma movimento subversivo eficaz das classes subalternas mas, ao contrário, operada pelo alto como contra-movimento das classes dominantes que promovem taticamente um conjunto de transformações que introduzem uma descontinuidade significativa mas limitada, essencialmente e estrategicamente orientada para garantir a estabilidade das relações de domínio fundamentais.

Não me detenho, como em outro texto (MODONESI, 2016), sobre a questão da combinação de doses de renovação e conservação que caracterizam a transformação estrutural, questão que ocupou o centro do debate sobre este conceito, ao ponto de colocá-lo no mesmo plano da noção de *modernização conservadora* ou *via junker*.

Em sua dinâmica e forma política, a modernização conservadora contida em uma revolução passiva é, assinala Gramsci, conduzida pelo alto. Além do conteúdo ambíguo e contraditório do processo estruturalmente e da identificação do Estado como esfera superestrutural por meio da qual o processo é impulsionado, no conceito de revolução passiva aparece a questão da *forma* revolucionária, que se conecta ao tema da subjetividade, da subversão como ato e da condição de subordinação e possibilidade de insubordinação das classes subalternas, que acompanha a caracterização do conceito de revolução passiva, e a sua contrapartida: a iniciativa das classes dominantes e a sua capacidade de reformar as estruturas e as relações de domínio para reforçar a continuidade de uma ordem hierárquica.

Sob esta ótica relacional, se uma revolução passiva é sempre um movimento de reação pelo alto, um “contragolpe”, isso implica – subordina e subsume – a existência de uma ação precedente de baixo, sintética e muito mais borrada que a revolução-restauração subsequente, pois nem ação “por baixo” atinge o nível da revolução completa, nem a reação pelo alto é uma restauração plena.

O adjetivo “passiva” é descrito como forma que adquire o processo, mas também é prescritivo no que diz respeito à ausência de ação e finalidade de um projeto de passivização como condição *sine qua non* para evitar uma revolução ativa, uma revolução *com* revolução. Isso corresponde ao interesse/preocupação de Gramsci com a passividade das classes subalternas na época da mobilização e

politização posterior a I Guerra Mundial, particularmente no que diz respeito à contradição entre ativação das massas e a sua posterior recondução à passividade-subalternidade nos anos 1920-1930.

Gramsci não definirá explicitamente a noção de *passividade*, mas, de maneira difusa e constante, refletirá sobre a tensão/contradição entre aspectos ativos e passivos no contexto da condição de *subalternidade*. Neste sentido, a noção de *revolução passiva* pode ser entendida, em termos gramscianos, como uma revolução subalternizante, de recondução à noção de subalternidade. Ainda que os termos não se refiram a situações idênticas, é preciso considerar que a subalternidade inclui e combina um aspecto passivo, de aceitação relativa da condição de subalternidade, e um outro ativo, ligado a resistência (Ibid., 2010, p. 37-39). Assim, a evocação da revolução passiva exige o lado passivo da condição subalterna, uma dimensão que constitui o ponto de partida etimológico do conceito, que expressa sujeição, ainda que enriquecida de propriedades subjetivas ativas pela fórmula gramsciana, antes de se converter – por meio das correntes de pensamento *subalternistas* – em um conceito que sugere um sujeito plenamente ativo: o sujeito que, apesar da sujeição, resiste (Ibid., 2010).

Por outro lado, é evidente que se trata de uma passividade relativa, ou predominante, pois não existe passividade absoluta e estão sempre presentes elementos que operam como contra-tendência, que, além da revolução passiva, apontam para níveis de “consenso ativo”. Além disso, é possível existir um atividade subalterna distinta da resistência, gerada por cima para produzir um certo grau de “consenso ativo” ou, usando um termo não gramsciano, uma *mobilização controlada*, com seu correspondente – limitado mas não irrelevante – impacto subjetivo nas experiências políticas.

Com estas delimitações, ao ler o adjetivo *passiva* à luz da caracterização gramsciana de subalterno permite desenvolver e enriquecer a definição e, assim, a força analítica do conceito de *revolução passiva*. Ainda que este adjetivo não tenha sido objeto de igual atenção por Gramsci como pelos intelectuais dos estudos gramscianos, ele é importante e merece a devida atenção, tanto quando o substantivo *revolução* que acompanha. Por outro lado, é preciso problematizar a questão da passividade. Seria esta apenas a causa ou também consequência das revoluções passivas? Como assinalado, Gramsci dedica mais

espaço para refletir sobre a características e limites do caráter revolucionário das formas de passivização que precedem, acompanham, produzem e reproduzem a subalternidade, sendo fundamentais para a reconfiguração da hegemonia.

Textualmente, não aparece a ideia da passividade como resultado ou produto histórico das revoluções passivas. Apesar disso, as revoluções passivas nascem para evitar que as massas se mantenham ativas e se tornem protagonistas, assim como os aspectos reformistas servem para induzir à passividade, bem como o resultado conservador é alcançado graças à passividade como condição que acompanha e sanciona a solução política do processo. Este é, com efeito, o objetivo que orienta as revoluções passivas, entendidas como processo e projeto, de passivização/subalternização.<sup>4</sup> O projeto-programa de revolução passiva se realiza como processo enquanto é capaz de desativar, passivizar, subalternizar.

Se a atividade das massas, ou sua ameaça, é sempre o que impulsiona a revolução passiva, é preciso um certo grau de passividade que impeça a realização de uma revolução ativa e habilite o caminho de uma passiva, que se apresenta como projeto e processo de passivização, sempre relativa mas predominante, mesmo se eventualmente incorpora formas de mobilização controlada. A passividade-passivização é, portanto, o objetivo fundamental do projeto, a causa e a condição da realização do processo e a sua consequência mais relevante em termos da codificação da correlação de forças em favor das classes dominantes, que é – em última instância – o resultado construído e alcançado.

Podemos reforçar esta primeira aproximação à conceituação da passividade como critério que define as revoluções passivas introduzindo as categorias de *transformismo* e *cesarismo* como dispositivos ou mecanismos que realizam os processos de passivização que acompanham e caracterizam as revoluções passivas. Estes conceitos foram analisados muito menos que o de revolução passiva possivelmente porque possuem destaque menor na obra de

---

<sup>4</sup> Gramsci esclarece que a ideia de revolução passiva é, para o marxismo, um “critério de interpretação” e não um “programa” (Q 15, §62, p. 1827) como pode ser para a burguesia (e para seus intelectuais, especialmente Benedetto Croce). Ou seja, reconhece neste conceito uma dimensão arquetônica.

Gramsci e ele mesmo não atribuiu a eles *status* de “cânones interpretativos” e também por serem conceitos subsidiários.

A categoria de revolução passiva parece ser de ordem geral em relação aos mecanismos particulares e específicos como o transformismo e o cesarismo (BURGIO, 2007, p. 82). Ambos dispositivos são subsidiários ao processo geral de revolução passiva pois operacionalizam tanto o movimento revolucionário como sua contrapartida de passividade. A conexão entre o conceito de revolução passiva e o de cesarismo é evidente e explícita quando Gramsci esclarece a distinção entre progressivo e regressivo por meio do critério da “dialética ‘revolução-restauração’”, o mesmo que usa para caracterizar a ambiguidade típica das revoluções passivas. Neste sentido, *progressivo* está para a *revolução* como *regressivo* está para a *restauração*. A referência à dialética alude ao procedimento metodológico – já mencionado – que implica o reconhecimento da combinação desigual de elementos progressivos e regressivos, no qual é possível distinguir proporções e medidas e concluir a respeito do caráter determinante ou dominante. Todos os cesarismos seriam simultaneamente progressivos e regressivos – e Gramsci menciona a possibilidade de formas “intermediárias” – mesmo se um elemento prevalece tendencialmente e pode servir para etiquetar nominalmente o fenômeno.

É difundida a opinião que o conceito de *revolução passiva*, devido a uma certa ambiguidade, se presta a um uso excessivamente amplo e elástico para analisar fenômenos muito diversos entre si, o que contribui para confusões e para por em questão o valor do próprio conceito. Uma forma de solucionar parcialmente este problema é habilitar um uso rigoroso do conceito, proceder a delimitar seu perímetro e precisar a amplitude do território sócio-político que ele cobre. Em primeiro lugar, como visto, em um sentido geral a noção de *revolução passiva* não caracteriza todos os processos de reconfiguração da dominação burguesa, mas os que – orientados a reconfigurar a hegemonia – introduzem elementos progressivos por meio de reformas, com a finalidade de transformar termos e formas secundárias das relações de comando-obediência entre classes dominante e classes subalternas, para conservar sua essência hierárquica e o conteúdo capitalista.

Por outro lado, na terminologia de Gramsci aparecem duas fronteiras ou limites: o limite já mencionado à esquerda, da revolução ativa; e o limite à

direita, da restauração ou, como aponta Coutinho (2006), da contrarreforma – uma noção que Gramsci usa ocasionalmente –, onde forma e conteúdo do processo-projeto são inequivocamente regressivos ou reacionários (palavras que Gramsci usa frequentemente como sinônimos). Em outras palavras, a *contrarreforma* e a *restauração* estão para a extrema direita da revolução passiva como a revolução *radical-jacobina* está para a extrema esquerda. Em ambos os casos, não ocorre reconstrução da hegemonia, seja porque a coerção se impõe, seja porque triunfa uma alternativa hegemônica.

Desta maneira, a revolução passiva – em uma tipologia de hipóteses e cenários histórico-políticos – aparece como uma alternativa progressista à via reacionária e como um antídoto conservador à via revolucionária “por baixo”, reação à iniciativa – significativa, ainda que insuficiente – das classes subalternas. Em todo caso, esta delimitação oferece uma escala de tons cinzentos que pode ser considerada muito ampla. Uma solução gramsciana para este problema seria introduzir a distinção entre *progressivo* e *regressivo* como critério para distinguir dois tipos de revoluções passivas. Para Gramsci, a progressividade pode ser avaliada plenamente apenas retrospectivamente, quando é possível examinar o avanço na direção do *progresso*, referido não tanto como desenvolvimento das forças produtivas mas como um “porvir” no sentido da vitória *definitiva* das classes subalternas, segundo uma concepção sócio-política e subjetiva da progressividade.<sup>5</sup> Devido a esta característica retrospectiva do conceito, diferente das conclusões as quais chega no que diz respeito ao século XIX, Gramsci põe em dúvida o sentido histórico e de caráter *revolucionário-passivo* do fascismo e americanismo à medida em que não pode oferecer uma resposta definitiva sobre a época em curso e, por isso, avaliar definitivamente seu caráter progressivo ou regressivo. Assim, Gramsci se pergunta se o americanismo seria capaz de marcar uma época, ou desenvolver-se como revolução passiva (Q 22, § 1, p. 2140) e também se o fascismo viria a ser a forma da revolução passiva do século XX, como o liberalismo fora no século XIX (Q 8, §236, p. 1089).

---

<sup>5</sup> Gramsci problematiza a ideia de progresso em um sentido humanista recorrendo ao conceito de *porvir* [divenire] (Q 10, § 48, p. 1335-1338).



O critério da progressividade consiste, portanto, na avaliação da direção, da orientação, o “sentido histórico” de uma revolução passiva que ajude, favoreça ou desfavoreça uma solução ou outra, uma força sócio-política ou outra, que permita ou facilite um passo no sentido da construção de uma hegemonia, o que – na ótica das classes subalternas – não equivale a uma vitória política imediata, a ruptura definitiva do “tornar-se Estado”, mas que pode ou deve incluir acumulações mais ou menos moleculares de médio e longo alcance.

Um reformismo que desmobiliza, uma revolução passiva, busca neutralizar o potencial revolucionário ativo, opera um retorno à subalternidade que implica um retrocesso, uma regressão. Ao mesmo tempo, na medida em que as reformas incluem reivindicações dos de baixo e, como aponta Gramsci, que o antagonismo se torna irreduzível a partir de 1870, trata-se de um processo que desloca o conflito para frente. Este movimento é objetivamente progressivo pois implica novos cenários históricos nos quais não apenas o antagonismo não é dissolvido, mas surgem subjetividades políticas correspondentes à altura dos desafios da época.

Partindo da lógica da guerra de posição como forma de sustentar o argumento, é possível simplificar a questão da seguinte maneira: existe um caráter progressivo ou progressista em um processo ou projeto de reformismo social que amplie as margens de acumulação das forças das classes subalternas e não implique em medidas profundamente reacionárias no plano das liberdades políticas, enquanto são regressivos os projetos ou processos que combinem reformas com altos níveis de repressão ou que, por meio de reformas, procurem e consigam interromper o processo no sentido da autonomia integral dos subalternos.

Nesta lógica, seria possível diferenciar eventuais momentos ou passagens nas quais prevalece o elemento progressivo ou regressivo, os quais dependem dos conflitos ao redor da definição do projeto e sua orientação entre setores e interesses progressistas e conservadores que convivem e se confrontam dentro dos blocos e alianças políticas e sociais que sustentam e impulsionam os projetos-processos de revolução passiva. Neste sentido, progressivo e regressivo são tendências sempre presentes que se combinam em configurações e passagens de signos e orientações diversos que marcam dinâmicas variadas e mutáveis.

Em todo caso, no terreno da correlação de forças a questão da conformação da subjetividade política e o protagonismo das classes subalternas se converte em variável central e discriminante em última instância, deslocando para segundo plano o tema das reformas socioeconômicas que aparece como uma constante que atravessa experiências sociais e políticas diversas como o *New Deal* e o fascismo e tantas outras nas décadas seguintes até os dias atuais.

Assim, para Gramsci a progressividade está ligada à vitória política e não ao desenvolvimento das forças produtivas, à diminuição da distância entre classes subalternas e hegemonia, uma distância que só pode ser diminuída com uma construção subjetiva, de ativação de massa, que surge na subalternidade, passa pelo antagonismo e pela autonomia. A medida última é, portanto, subjetiva, ligada à ação política, antitética à passividade e subalternidade. Uma constante que atravessa a obra de Gramsci, marca o conceito de revolução passiva devendo, portanto, precisar sua estrutura e orientar seu uso.

### Referências bibliográficas

- ARICÓ, José. *La cola del diablo*. Buenos Aires: Puntosur, 1988.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURGIO, Alberto. *Per Gramsci. Crisi e potenza del moderno*. Roma: Derive/Approdi, 2007.
- BURGOS, Raúl. *Los gramscianos argentinos: cultura y política en la experiencia de Pasado y Presente*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. Brazil: the Lula government and financial globalization. *Social Forces*, v. 83, n. 4, p. 1745-1762, 2005.
- BRAGA, Ruy. Apresentação e homenagem. In: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- CORTÉS, Martín. *Un nuevo marxismo para América Latina*: José Aricó editor, traductor, intelectual. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. A hegemonia da pequena política. In: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI (a cura di). *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1975. 4v.

MODONESI, Massimo. Revolución pasiva. Usos y abusos en América Latina del concepto gramsciano. *Gramsciana*, n. 2, p. 85-114, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. México D.F: Folios, 1981.